



 <https://doi.org/10.59776/2357-8203.2026.7770>

TEOPOLÍTICA E DISCURSO DE DOMINAÇÃO: UMA ANÁLISE CRÍTICO-DISCURSIVA DO VÍDEO DE SILAS MALAFAIA COM JAIR BOLSONARO E DOS MECANISMOS DA TEOLOGIA DO DOMÍNIO NA LEGITIMAÇÃO DO BOLSONARISMO

THEOPOLITICS AND DISCOURSE OF DOMINATION: A CRITICAL-DISCURSIVE ANALYSIS OF SILAS MALAFAIA'S VIDEO WITH JAIR BOLSONARO AND THE MECHANISMS OF THE THEOLOGY OF DOMINATION IN THE LEGITIMATION OF BOLSONARISM

José Ronaldo da Silva Bezerra¹
<https://orcid.org/0009-0009-6929-053X>

RESUMO: O artigo investiga como a aparição conjunta de Silas Malafaia e Jair Bolsonaro em um culto neopentecostal opera como dispositivo de legitimação político-religiosa no contexto do bolsonarismo, articulando linguagem, autoridade e disputas simbólicas. O objetivo central consiste em compreender de que modo elementos teológicos e midiáticos são mobilizados para construir sentidos sobre missão nacional, crise moral e inimigos políticos. A pesquisa fundamenta-se na Análise de Discurso Crítica, com base na formulação de Fairclough (2003), aplicada ao vídeo que compõe o corpus, a fim de examinar escolhas retóricas, estratégias afetivas e enquadramentos teopolíticos. Os resultados mostram que a cena sacraliza a figura presidencial, reforça gramáticas da Teologia do Domínio e combina guerra espiritual e guerra cultural como chaves interpretativas da vida pública. Conclui-se que essas práticas discursivas produzem tensões relevantes para o pluralismo e para a laicidade, ao transformar disputas políticas em batalhas espirituais e ao deslocar a crítica democrática para o campo da oposição moral.

¹ Graduado em Teologia, pela Faculdade Entre Rios do PIAUÍ (2015), em Pedagogia, pela Universidade Potiguar (2019) e em Letras português/inglês - Unicesumar (2022). Doutor em Educação, pela Christian Business School (2024) e reconhecido pela Universidade Federal de Alagoas. Atualmente é professor da Escola Municipal Clivia (Carnaúba dos Dantas/RN) e Escola Municipal Castelo Branco (Junco do Seridó/PB). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9572071506250324>. E-mail: professor12.jose@gmail.com



Palavras-chave: Teopolítica; Teologia do Domínio; Neopentecostalismo midiático; Análise de Discurso Crítica; Bolsonarismo.

ABSTRACT: This article examines, through the framework of Critical Discourse Analysis, how the video in which Silas Malafaia receives Jair Bolsonaro in his pulpit operates as a theopolitical device for legitimizing bolsonarismo. The study demonstrates that the ritualized scene, widely circulated within the Brazilian neopentecostal media ecosystem, transforms the worship service into a space of political consecration, combining a messianic ethos, spiritual warfare, cultural war narratives, and the construction of moral enemies. By mobilizing elements of Dominion Theology, the discourse reframes political competition as part of a divine project, presenting the leader's electoral success and governmental mission as manifestations of providential election. This sacralization of political authority diminishes the legitimacy of democratic dissent and reshapes expectations about accountability in the public sphere. The article argues that pastoral authority functions as symbolic mediation between God, nation, and political leadership, reinforcing the consolidation of a religious-political bloc that destabilizes key democratic principles such as secularism, pluralism, and institutional autonomy. The findings highlight that the theopolitical grammar and the strategic use of digital media are central mechanisms for understanding the discursive strength of bolsonarismo in contemporary Brazil.

Keywords: Theopolitics; Dominion Theology; Neopentecostal Media; Critical Discourse Analysis; Bolsonarism.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o Brasil assistiu à consolidação de uma rede de relações entre lideranças religiosas, mídias confessionais e projetos políticos de direita, na qual a linguagem da fé é acionada para interpretar crises sociais, produzir diagnósticos morais sobre a nação e orientar preferências eleitorais. Nesse cenário, a aproximação entre Jair Bolsonaro e segmentos do neopentecostalismo, frequentemente mediada por figuras de forte presença midiática, como o pastor Silas Malafaia, oferece um caso empiricamente fértil para observar como discursos religiosos fabricam sentidos de autoridade, pertencimento e ameaça, convertendo conflitos políticos em narrativas de ordem espiritual e, ao mesmo tempo, reinscrevendo a política na gramática do sagrado, o que torna pertinente o enquadramento pela Análise de Discurso Crítica, sobretudo em sua sistematização voltada à pesquisa social e à relação entre texto e prática social (Fairclough, 2003; 2015).

A relevância do estudo se sustenta, em primeiro lugar, no crescimento do peso político dos evangélicos no Brasil, tanto em termos eleitorais quanto na ocupação de posições estratégicas no Legislativo e no Executivo, fenômeno amplamente discutido na literatura sobre pentecostalismo e neopentecostalismo. Em segundo lugar, investigações recentes têm enfatizado o papel de lideranças religiosas na formação e na manutenção de um eleitorado bolsonarista atravessado por moralização da política, ressentimentos sociais e adesão a agendas conservadoras em direitos civis, gênero e sexualidade, o que ajuda a situar o vídeo analisado como parte de um



repertório performático mais amplo que circula entre cultos, transmissões ao vivo e eventos públicos, onde se cruzam a política institucional e o universo religioso em regime de coautoria simbólica (Mariano, 2008; Machado, 2014). Nesse sentido, o templo deixa de operar apenas como espaço litúrgico e passa a funcionar como arena de legitimação pública, na qual a autoridade religiosa se apresenta como avalista moral de projetos políticos e, por consequência, reconfigura disputas eleitorais como disputas sobre valores, ordem e destino nacional (Freston, 2006; Pierucci; Prandi, 1995).

Do ponto de vista teórico e social, a pesquisa se apoia na articulação entre a Análise de Discurso Crítica e os debates sobre teopolítica, compreendendo o discurso como prática social atravessada por poder, ideologia e disputa hegemônica, de modo que a análise não se limita ao nível textual, mas acompanha como escolhas linguísticas se conectam a processos de produção, circulação e efeitos sociais. Ao tratar o vídeo como um evento discursivo situado, torna-se possível examinar como estratégias de vitimização, moralização e construção de inimigos são recontextualizadas no léxico bíblico, transformando categorias espirituais em operadores de legitimação política e intensificando polarizações por meio de oposições entre “nós” e “eles”, dinâmica recorrente em contextos de radicalização discursiva (Fairclough, 2003; Wodak, 2004). Essa lente se mostra ainda mais necessária quando se considera que tais arranjos discursivos podem contribuir para a naturalização de um autoritarismo moral que tensiona pluralismo religioso, direitos de minorias e instituições democráticas, ao mesmo tempo em que é experimentado por muitos fiéis como defesa legítima da família, da fé e da nação, evidenciando a disputa pelos sentidos de “bem comum” no espaço público (Van Dijk, 2008; Gracino Junior, 2021).

É nesse horizonte que este artigo toma como corpus um vídeo de culto neopentecostal amplamente difundido em plataformas digitais, no qual o pastor Silas Malafaia apresenta Jair Bolsonaro à congregação, concede-lhe a palavra para um discurso breve e conduz uma sequência de oração coletiva e declarações sobre o futuro do país. A cena pública, marcada por forte apelo religioso e por efeitos de autoridade, permite observar como o espaço litúrgico é convertido em palco teopolítico, no qual o líder religioso atua como anfitrião, intérprete e intercessor do presidente eleito, produzindo enquadramentos morais e ativando oposições entre pertencimento e ameaça, além de reconfigurar o adversário político como inimigo moral.²

A partir desse corpus, a investigação se orienta pela seguinte questão: de que modo o vídeo em que Silas Malafaia recebe Jair Bolsonaro em seu púlpito mobiliza recursos discursivos associados à Teologia do Domínio, à teopolítica e ao neopentecostalismo midiático, em perspectiva crítico-discursiva, para legitimar o bolsonarismo como projeto político e moral. Em termos operacionais, o estudo busca analisar, com base na Análise de Discurso Crítica, como o vídeo mobiliza recursos religiosos e políticos para sustentar essa legitimação, o que envolve identificar escolhas lexicais e metafóricas e seus enquadramentos morais, descrever a construção do ethos de Malafaia e de Bolsonaro no contexto do culto, examinar a articulação entre guerra espiritual, guerra cultural e produção de inimigos morais, e discutir as implicações dessas estratégias para a relação entre religião, espaço público e democracia no Brasil (Fairclough, 2015).

² Para fins de rastreabilidade, registra-se o endereço do material analisado: <https://youtu.be/y2nZ1HDT450?si=GTLXyazCPE48lf1K> (Machado, 2014; Mariano, 2008).



Para responder a esse problema, o artigo se organiza, além desta introdução, em cinco seções. Na seção 2, apresenta-se o referencial teórico, articulando Análise de Discurso Crítica, religião e política, teopolítica, Teologia do Domínio e neopentecostalismo midiático. A seção 3 descreve a metodologia e explicita o referencial analítico adotado, com base na Análise de Discurso Crítica desenvolvida por Fairclough (2003), detalhando procedimentos de seleção, recorte e sistematização do corpus. A seção 4 desenvolve a análise do vídeo, organizada por eixos como púlpito-palanque, ethos messiânico, produção do inimigo moral, guerra espiritual, guerra cultural e sacralização da autoridade política. A seção 5 discute os achados à luz de implicações para laicidade, pluralismo e direitos, e a seção 6 reúne os resultados, limitações e encaminhamentos investigativos, de modo a situar o caso estudado no debate contemporâneo sobre o cruzamento entre discurso religioso, mídia e extrema direita no Brasil (Fairclough, 2003; Cabral; Almeida; Haag, 2024).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Análise do Discurso Crítica (ADC)

A Análise de Discurso Crítica (ADC) ancora-se na premissa, fundamental e incontornável, de que todo enunciado habita um campo de tensões, imerso em disputas de sentido e relações de poder, de modo que a linguagem deixa de ser mero espelho das realidades sociais para atuar como engrenagem de sua produção e metamorfose, inclusive quando tais processos abrem espaço para contestação e resistência (Fairclough, 2001). Ao tratar o discurso como prática social, a ADC rompe com o isolamento textualista e evidencia o nexos entre escolhas linguísticas, dinâmicas de circulação e macroestruturas sociopolíticas, permitindo desvelar como certos arranjos lexicais naturalizam hierarquias e cancelam projetos de dominação.

Com base na Análise de Discurso Crítica proposta por Fairclough (2003) para a pesquisa social, o evento discursivo é examinado em sua relação entre materialidade textual, processos de produção e circulação e dinâmicas sociais mais amplas, o que permite acompanhar, de um lado, os efeitos retóricos das escolhas linguísticas e, de outro, as condições históricas e institucionais que sustentam tais sentidos no espaço público. Esse enquadramento teórico mostra-se especialmente pertinente para investigar o fenômeno político-religioso contemporâneo, pois nele se entrecruzam homilética, marketing eleitoral e espetáculo midiático, convertendo a performance religiosa em dispositivo de legitimação e disputa simbólica.

O diálogo com Van Dijk (2008) sofisticava essa abordagem ao inserir a dimensão cognitiva no centro do debate, demonstrando como modelos mentais e representações sociais podem ser orientados por elites, políticas ou clericais, que controlam o acesso ao discurso e influenciam a construção de fronteiras identitárias. Nessa dinâmica, ganha relevo a estabilização do binarismo “nós contra eles”, em que o “povo de Deus” é exaltado enquanto o opositor é representado como ameaça moral e, não raro, como inimigo a ser demonizado.

Wodak (2004) convoca a necessidade de situar o texto em cadeias históricas de longa duração, pois repertórios discursivos acionam memórias coletivas, mitos fundacionais e narrativas de martírio para interpretar crises do presente, especialmente quando a política é lida como batalha moral. A aproximação dessas perspectivas permite articular o micro e o macro, conectando metáforas bíblicas,

enquadramentos de autoridade e mecanismos de polarização a processos sociopolíticos mais amplos, como a consolidação de repertórios bolsonaristas e seus efeitos sobre a disputa hegemônica no espaço público (Fairclough, 2003).

2.2 Teopolítica

Esse termo se refere à interpenetração entre categorias religiosas e lógicas de governo, indicando que a política não é apenas um campo em que atores religiosos atuam, mas um espaço cuja própria racionalidade pode ser reconfigurada por gramáticas teológicas. Em vez de pensar religião e política como esferas separadas que ocasionalmente se encontram, a teopolítica destaca como determinadas visões sobre Deus, pecado, salvação e juízo informam modos de compreender o Estado, a nação e o exercício da autoridade (Burity, 2024).

No contexto brasileiro, a teopolítica ganha relevo com a crescente participação de igrejas evangélicas na disputa eleitoral e na formulação de políticas públicas, fenômeno que tem sido analisado em termos de “participação política dos evangélicos” e de consolidação de uma bancada religiosa com forte influência no Congresso (Freston, 2006; Machado, 2014). Essa atuação não se limita à defesa corporativa de interesses institucionais, mas envolve a tentativa de inscrever valores morais específicos na legislação, especialmente em temas de gênero, sexualidade, educação e família.

Estudos sobre o crescimento pentecostal e neopentecostal apontam que o expansionismo religioso se articula a uma visão de mundo em que a sociedade é dividida entre “povo de Deus” e “mundo” hostil, o que favorece a construção de narrativas de combate e de missão que extrapolam o âmbito estritamente eclesial (Mariano, 2008). Nessa perspectiva, a política é frequentemente reconfigurada como campo de batalha espiritual e como extensão do mandato divino de “tomar posse” de territórios institucionais, o que aproxima a prática de determinados grupos de um projeto teopolítico explícito.

No caso analisado, a presença de Bolsonaro em um culto neopentecostal não é um gesto protocolar, mas parte de uma engrenagem teopolítica que associa sua eleição a um plano divino para a nação. Ao apresentar o presidente eleito como instrumento de Deus e ao convocar a congregação à intercessão por seu governo, Malafaia contribui para inscrever a política em uma moldura teológica que confere sacralidade à figura do governante e ao projeto que ele representa.

Esse arranjo teopolítico tem consequências importantes para o debate democrático, na medida em que tende a deslegitimar adversários políticos não apenas como opositores programáticos, mas como inimigos espirituais ou agentes de forças malignas. Quando categorias como “guerra espiritual” e “batalha pela família” são aplicadas à disputa eleitoral e à ação estatal, constrói-se um ambiente em que compromissos com o pluralismo e com a negociação são fragilizados, abrindo espaço para formas de autoritarismo moral.

2.3 Teologia do Domínio

A Teologia do Domínio, também conhecida como dominionismo, designa um conjunto de doutrinas que defendem a necessidade de submeter todas as esferas da vida social à autoridade de princípios bíblicos, concebidos a partir de uma leitura

literalista e conservadora. Em vez de restringir a fé ao âmbito privado ou eclesial, essa teologia sustenta que cristãos devem conquistar posições de poder na política, na cultura, na economia e na mídia, com o objetivo de transformar leis, costumes e instituições de acordo com a vontade de Deus (Wagner, 2007).

Um dos eixos centrais dessa perspectiva é o chamado “mandato cultural”, que retoma e reinterpreta passagens bíblicas sobre o domínio humano sobre a criação para legitimar a ideia de que cabe aos cristãos governar as estruturas da sociedade. Essa noção costuma ser operacionalizada em discursos que falam da necessidade de ocupar “sete montes” ou “sete esferas” – governo, mídia, educação, família, economia, religião e artes –, concebidas como territórios que atualmente estariam sob influência de forças malignas e precisariam ser “reconquistados” (Novais, 2021).

Outro elemento fundamental é a guerra espiritual, entendida não apenas como luta interior contra o pecado, mas como combate direto contra demônios e potestades que atuam por meio de ideologias, movimentos sociais, decisões judiciais e políticas públicas. Nessa chave, determinados temas – como direitos reprodutivos, políticas de gênero ou reconhecimento de minorias – são apresentados como estratégias demoníacas para destruir a família e afastar a nação de Deus, o que justifica uma postura militante na arena política (Pereira, 2023).

Quando o discurso apresenta a eleição de um candidato como resultado direto de intervenção divina e convoca fiéis a “tomar posse” de cargos e instituições, reproduz-se um imaginário dominionista no qual a democracia é valorizada instrumentalmente, na medida em que serve como caminho para a conquista de poder por um bloco religioso específico. Ao mesmo tempo, a derrota eleitoral ou decisões contrárias de instituições como o Supremo Tribunal Federal podem ser narradas como ataques espirituais, exigindo intensificação da guerra espiritual e da mobilização política (Pereira, 2023; Novais, 2021).

No vídeo analisado, a evocação de milagre, a convocação à oração pela nação e a apresentação de Bolsonaro como alguém preservado por Deus para uma missão singular dialogam com essa lógica dominionista, ainda que o termo “Teologia do Domínio” não seja explicitamente mencionado. A sacralização do governante e a leitura providencialista dos acontecimentos políticos indicam a presença de um horizonte teológico em que a tomada do Estado por lideranças cristãs é vista como cumprimento de um mandato divino.

A análise desse referencial é, portanto, indispensável para compreender como determinados discursos evangélicos contribuem para a legitimação de projetos de poder que buscam redefinir a relação entre religião e Estado, deslocando a laicidade em direção a um modelo de supremacia moral cristã. A Teologia do Domínio funciona, nesse quadro, como matriz que organiza percepções sobre amigos, inimigos, crise e salvação, projetando sobre o campo político uma batalha cósmica que tende a radicalizar posicionamentos e a reduzir espaços de compromisso democrático.

2.4 Neopentecostalismo midiático

O neopentecostalismo brasileiro consolidou-se como fenômeno profundamente marcado pela midiaticização, isto é, pela utilização intensiva de meios de comunicação de massa e, mais recentemente, de plataformas digitais para evangelização, arrecadação de recursos, construção de autoridade e intervenção no



debate público. Igrejas e ministérios construíram redes de rádio, canais de televisão e uma forte presença em redes sociais, transformando o culto em produto midiático e o pastor em figura pública que transita entre os campos religioso, político e empresarial (Mariano, 2008; Machado, 2014).

Nesse contexto, pastores tornam-se atores políticos de grande visibilidade, capazes de mobilizar multidões e de influenciar o comportamento eleitoral de segmentos significativos da população. A autoridade espiritual se converte em capital político quando esses líderes indicam candidatos, participam de campanhas ou ocupam cargos eletivos, estabelecendo pontes entre gramáticas religiosas e agendas partidárias. Esse processo é perceptível tanto em candidaturas próprias de líderes religiosos quanto no apoio ostensivo a políticos que se apresentam como defensores da família cristã e dos valores evangélicos (Freston, 2006; Oro, 1997).

A mídia religiosa funciona, assim, como dispositivo de poder que amplia o alcance desses discursos e reforça a fidelidade das bases. Programas de televisão e transmissões online de cultos criam uma relação de proximidade entre pastor e público, ao mesmo tempo em que permitem veicular narrativas sobre corrupção, crise moral e perseguição religiosa que dialogam diretamente com a conjuntura política. Em muitos casos, o púlpito é organizado em função das câmeras, e a liturgia é pensada para gerar trechos impactantes que circulam autonomamente em redes sociais.

Estudos sobre neopentecostalismo midiático destacam que essa lógica de visibilidade produz uma espécie de “igreja eletrônica” em que fronteiras territoriais se diluem, e comunidades se formam em torno de figuras carismáticas que habitam tanto o templo físico quanto o espaço digital (Mariano, 2008; Machado, 2014). Essa expansão reforça o papel de determinados pastores como intérpretes privilegiados dos acontecimentos nacionais, capazes de oferecer leituras religiosas da política e de propor orientações práticas para o voto e para a participação pública.

A presença de Bolsonaro em um culto transmitido amplamente evidencia essa engrenagem, pois o evento não se dirige apenas aos fiéis presentes, mas a uma audiência difusa que acompanha pela televisão ou pela internet. O encontro é encenado como momento de agradecimento, testemunho e intercessão, mas também como ato público de apoio político, em que a imagem do presidente eleito é associada a símbolos religiosos e à bênção pastoral. Nesse arranjo, o pastor atua como mediador entre Deus, povo e governante, reforçando seu próprio capital simbólico e político.

O neopentecostalismo midiático também se caracteriza por uma forte capacidade de resposta rápida a controvérsias e crises, utilizando lives, vídeos curtos e postagens para defender aliados, atacar adversários ou contestar notícias veiculadas pela imprensa tradicional. Ao afirmar que “cada celular é uma emissora”, discursos desse campo alimentam uma crítica ao monopólio da mídia e legitimam o uso de redes sociais como espaço de “verdade” alternativa, frequentemente associada à defesa do projeto político apoiado pelos líderes religiosos (Cabral; Almeida; Haag, 2024; Burity, 2024).

Esse ambiente comunicacional favorece a circulação de enquadramentos que apresentam o bolsonarismo como movimento perseguido por elites políticas e midiáticas, ao passo que a mídia religiosa e as redes controladas por pastores são apresentadas como canais autênticos de informação e esclarecimento. Tal dinâmica contribui para reforçar a coesão de bolhas de opinião e para dificultar o diálogo com perspectivas críticas, uma vez que vozes divergentes são facilmente rotuladas como inimigas da fé ou da nação.

No vídeo analisado, a encenação do encontro entre Malafaia e Bolsonaro exemplifica de forma clara esse padrão neopentecostal midiático: a liturgia incorpora a presença do presidente eleito, a câmera registra reações da congregação e o discurso é construído para produzir clipes de forte apelo emocional e simbólico, adequados à circulação fragmentada em redes. A análise desse material à luz do referencial apresentado permite compreender como o neopentecostalismo midiático participa da construção e da manutenção de um bloco político-religioso em torno do bolsonarismo.

2.5 Bolsonarismo como fenômeno discursivo

O bolsonarismo pode ser entendido não apenas como um governo ou uma base eleitoral, mas como um fenômeno discursivo que articula narrativas, símbolos, afetos e inimigos em um arranjo relativamente coerente. Esse arranjo mobiliza temas como combate à corrupção, defesa da família, patriotismo e anticomonismo, combinando referências ao passado militar, à moral cristã e ao liberalismo econômico em graus variáveis. Mais do que um programa doutrinário estável, trata-se de um repertório flexível que se adapta a diferentes públicos, mantendo, porém, um núcleo de forte polarização moral e política (Pereira, 2023; Burity, 2024).

Um traço central desse fenômeno é a moralização da política, na qual disputas programáticas são traduzidas em termos de bem e mal, pureza e corrupção, ordem e caos. Adversários são frequentemente descritos como inimigos da nação, agentes do “sistema” ou representantes de ideologias malignas que ameaçariam crianças, famílias e valores religiosos. Essa construção desloca o foco do debate sobre políticas concretas para uma guerra simbólica em torno de identidades, na qual o bolsonarismo se apresenta como último bastião de defesa de uma suposta maioria moral silenciosa (Gracino Junior, 2021; Cabral; Almeida; Haag, 2024).

A chamada guerra cultural constitui outro elemento relevante, pois o movimento se engaja em disputas em torno de currículos escolares, políticas de gênero, produções artísticas e narrativas historiográficas. Nessa batalha, campos como educação, cultura e mídia são vistos como espaços capturados por uma “esquerda cultural”, devendo ser reconquistados por meio de políticas estatais, mobilização social e, muitas vezes, boicotes e campanhas virtuais. O alvo não é apenas o conteúdo de determinadas políticas, mas a própria legitimidade de instituições como universidades, imprensa e tribunais.

No interior desse quadro, a construção de inimigos é permanente e multifacetada. Além de partidos e movimentos progressistas, entram na lista de alvos a imprensa tradicional, organismos internacionais, cortes superiores e, em alguns momentos, até mesmo aliados que passam a ser considerados traidores. Essa lógica de constante demarcação de inimigos reforça a coesão interna do movimento, ao oferecer alvos para a indignação e o ressentimento de segmentos que se percebem historicamente desvalorizados ou esquecidos pelo Estado (Gracino Junior, 2021; Pereira, 2023).

A adesão de parcelas significativas do campo evangélico ao bolsonarismo tem sido interpretada justamente à luz desse ressentimento e da promessa de reconhecimento contida no discurso do movimento. Narrativas que exaltam os “humildes” e demonizam elites políticas, intelectuais e midiáticas ressoam em contextos marcados por desigualdades, ao mesmo tempo em que oferecem posições de destaque a lideranças religiosas que passam a ser consultadas, homenageadas e incluídas em decisões de governo (Burity, 2024; Freston, 2006).

Nesse arranjo, discursos religioso-políticos desempenham papel fundamental na legitimação do bolsonarismo, ao fornecer linguagem teológica para interpretar a figura do líder e a natureza da disputa política. A associação de Bolsonaro à ideia de escolhido por Deus, mártir ou “instrumento” preservado por milagre inscreve sua trajetória em uma narrativa de salvação nacional, na qual derrotas e críticas podem ser reinterpretadas como perseguição ou prova de fidelidade. Essa teologização da política reforça a disposição para o sacrifício e para a tolerância com práticas autoritárias em nome de um bem maior.

Ao tratar o bolsonarismo como fenômeno discursivo, a análise do vídeo de Malafaia não se limita a registrar declarações pontuais, mas busca situar o evento em um conjunto mais amplo de práticas e narrativas. O culto, nesse sentido, funciona como cena em que se condensam elementos centrais do repertório bolsonarista: exaltação da família cristã, denúncia da corrupção, referência a milagre, crítica à mídia tradicional, convocação à coragem e à oração pela nação. Cada um desses elementos, tomado isoladamente, poderia aparecer em outros contextos; juntos, porém, compõem um quadro reconhecível para os adeptos do movimento.

3 METODOLOGIA

A pesquisa adota como eixo metodológico a Análise de Discurso Crítica, com base na formulação de Fairclough voltada à pesquisa social, segundo a qual todo evento discursivo articula simultaneamente texto, prática discursiva e prática social, permitindo relacionar escolhas linguísticas às condições de produção, circulação e aos efeitos de sentido no espaço público (Fairclough, 2003). Na dimensão textual, examinam-se escolhas lexicais, metáforas, construções sintáticas, marcas de interpelação do público e recursos coesivos presentes nas falas de Silas Malafaia e Jair Bolsonaro, uma vez que tais traços materializam avaliações, enquadramentos morais e estratégias de autoridade. Na dimensão da prática discursiva, considera-se o modo de produção, circulação e consumo do vídeo, entendido como produto de um culto neopentecostal midiático que se amplia ao ser difundido em plataformas digitais, nas quais a performance religiosa é recontextualizada como ato de comunicação pública. Na dimensão da prática social, o evento é interpretado no interior de processos mais amplos, particularmente a participação evangélica na política brasileira e a consolidação do bolsonarismo como projeto teopolítico, no qual repertórios religiosos operam como recursos de legitimação moral e de disputa por hegemonia (Burity, 2024).

O corpus da pesquisa é constituído por um vídeo específico em que Silas Malafaia recebe Jair Bolsonaro em culto de sua igreja e lhe concede espaço para um breve pronunciamento, seguido de oração e declarações sobre o futuro do país. A escolha desse material baseou-se em três critérios principais. Em primeiro lugar, trata-se de um evento emblemático da aproximação entre lideranças evangélicas e o bolsonarismo, frequentemente citado em análises sobre o papel político de Malafaia e de outros pastores midiáticos (Machado, 2014; Freston, 2006). Em segundo lugar, o vídeo apresenta de forma condensada elementos centrais da Teologia do Domínio, como a leitura providencialista da eleição e a convocação à intercessão pela nação, o que o torna particularmente adequado para o recorte teológico e discursivo proposto (Pereira, 2023; Novais, 2021). Em terceiro lugar, o material alcançou ampla circulação em redes sociais, potencializando seu impacto na formação de percepções entre fiéis e apoiadores.

Os procedimentos de análise combinaram leitura exaustiva da transcrição com codificação qualitativa orientada por quatro eixos principais: ethos, polarizações, enquadramentos religiosos e estratégias retóricas e afetivas. No eixo do ethos, investigou-se como Malafaia e Bolsonaro constroem imagens de si mesmos e um do outro, explorando marcas linguísticas de humildade, coragem, autoridade espiritual, vitimização ou excepcionalidade, bem como referências biográficas mobilizadas para sustentar essas imagens (Fairclough, 2001). O eixo das polarizações concentrou-se na identificação de oposições discursivas entre “nós” e “eles”, “cristãos” e “inimigos da fé”, “patriotas” e “ameaças à nação”, observando como tais dicotomias simplificam o conflito político e organizam afetivamente a adesão do público. Já o eixo dos enquadramentos religiosos voltou-se para a identificação de metáforas, citações bíblicas, categorias teológicas e expressões de guerra espiritual que reconfiguram a disputa política como batalha entre forças divinas e malignas. Foram mapeadas referências a milagre, proteção divina, mandato ou missão, bem como declarações que atribuem a Deus a escolha do governante ou o destino da nação. Esses enquadramentos foram relacionados às formulações da Teologia do Domínio e da teopolítica, que interpretam a ocupação de cargos e instituições como cumprimento de um mandato cultural cristão (Wagner, 2007; Pereira, 2023).

4 ANÁLISE DO VÍDEO

4.1 O púlpito como palanque

A entrada de Jair Bolsonaro no templo, chamada por Silas Malafaia e acompanhada pela apresentação como “presidente eleito”, converte imediatamente o púlpito em espaço de consagração política. O lugar usual da pregação bíblica passa a funcionar como palco para a aparição de uma autoridade estatal, diante de uma congregação que reage com aplausos e aclamações, compondo um cenário híbrido entre culto e ato público (Fairclough, 2001).

Quando Malafaia recorda a conversa de 2013, no casamento de Bolsonaro, em que o político teria anunciado o desejo “louco” de concorrer à presidência, o púlpito é usado para encenar uma narrativa de profecia e cumprimento. O pastor se apresenta como testemunha privilegiada de um projeto anunciado anos antes, hoje concretizado, e a igreja é convocada a contemplar o desfecho extraordinário dessa trajetória, reforçando a ideia de destino singular do convidado (Machado, 2014; Mariano, 2008).

Essa encenação desloca a fronteira entre esfera religiosa e esfera política, pois não se trata apenas de receber um chefe de Estado em visita protocolar, mas de celebrar, no interior de um culto, a vitória eleitoral como evento digno de louvor e testemunho. O púlpito torna-se palanque na medida em que legitima publicamente um projeto político diante de uma comunidade de fé, investindo o governante de capital simbólico acumulado pela liderança religiosa ao longo de sua atuação (Freston, 2006; Burity, 2024).

A congregação, por sua vez, é posicionada simultaneamente como assembleia de fiéis e como público político. A disposição do espaço, as reações de emoção e o enquadramento das câmeras criam um efeito de unanimidade, no qual os presentes parecem endossar de forma homogênea a figura de Bolsonaro, apagando possíveis dissensos internos. Essa imagem de unidade reforça o papel das igrejas neopentecostais como bases eleitorais organizadas em torno de determinadas lideranças (Mariano, 2008; Cabral; Almeida; Haag, 2024).

Malafaia atua como mediador entre o presidente eleito e a igreja, controlando a palavra, estabelecendo o tom e enquadrando o significado do evento. Ao introduzir Bolsonaro, lembrar episódios passados e, depois, retomar o microfone para comentar e orar, o pastor se coloca como intérprete autorizado da trajetória do político, oferecendo à congregação a leitura “correta” do que está acontecendo naquela noite (Machado, 2014; Oro, 1997).

Nesse processo, naturaliza-se a ideia de que a igreja é lugar adequado para validar publicamente projetos de poder, deslocando a expectativa de neutralidade do espaço de culto. O argumento posterior de que o Estado é laico, mas não ateu, funciona como justificativa para essa sobreposição de instâncias, sugerindo que a presença de governantes em templos expressa a religiosidade do povo e não ameaça a laicidade (Pierucci; Prandi, 1995; Burity, 2024).

4.2 Construção do ethos messiânico de Bolsonaro

O discurso de Bolsonaro começa com um agradecimento a Deus por sua sobrevivência ao atentado, apresentado explicitamente como “milagre”. Ao mencionar médicos de Juiz de Fora e de São Paulo, o presidente eleito reconhece o trabalho técnico, mas subordina esse reconhecimento a uma narrativa providencial, na qual a competência humana é instrumento da intervenção divina, e não causa principal do desfecho (Fairclough, 2001; Pereira, 2023).

Esse enquadramento constrói a imagem de alguém que deveria estar morto, mas foi preservado para cumprir uma missão especial, conectando sua trajetória política a um plano superior. A sobrevivência deixa de ser fato contingente e passa a sinalizar eleição, aproximando Bolsonaro de figuras bíblicas que, salvas em circunstâncias extremas, assumem papéis decisivos na história do povo de Deus (Novais, 2021; Wagner, 2007).

Na sequência, ao tratar da crise ética, moral e econômica do país e afirmar que “não é o mais capacitado”, porém confia na capacitação de Deus, Bolsonaro reforça um ethos de humildade providencial. A confissão de limitação pessoal é imediatamente compensada pela ideia de que Deus o capacita para além do que indicariam os critérios racionais de competência, convertendo fragilidades em prova de que a vitória eleitoral não se deve a méritos humanos, mas à escolha divina (Cabral; Almeida; Haag, 2024).

A ênfase em valores de família, especialmente quando o presidente eleito menciona o casamento, os filhos e a esposa como primeira pessoa a saber da decisão de concorrer, complementa essa construção. Ele se apresenta como homem de família que pauta escolhas públicas por convicções domésticas e religiosas, alinhando-se ao imaginário de chefe de lar responsável e temente a Deus, ideal valorizado no campo evangélico (Machado, 2014; Mariano, 2008).

O slogan de campanha centrado em João 8:32, reapresentado no vídeo como bandeira assumida contra conselhos de especialistas em comunicação, reforça o componente messiânico ao associar sua candidatura à busca pela “verdade que liberta”. Ao insistir nesse versículo, Bolsonaro sinaliza que sua proposta política se diferencia das demais por ancorar-se diretamente na Palavra de Deus, o que sugere que rejeitar o projeto seria, em alguma medida, rejeitar a própria verdade bíblica (Van Dijk, 2008; Cabral; Almeida; Haag, 2024).

Quando o presidente eleito pede que a igreja continue orando por sua vida, por sua equipe e pela coragem de tomar decisões difíceis, ele amplia a rede de



corresponsabilidade espiritual em torno de seu governo. A congregação é convocada a desempenhar papel ativo na sustentação da missão presidencial, não apenas como eleitora, mas como comunidade de intercessão, o que reforça o vínculo entre fidelidade religiosa e apoio político (Freston, 2006; Burity, 2024).

4.3 Produção do inimigo moral

A produção do inimigo moral no vídeo opera mais por alusões e silêncios significativos do que por ataques diretos a grupos específicos. A menção reiterada à “crise ética, moral e econômica” e à “roubalheira” cria um pano de fundo em que a corrupção aparece como marca de um sistema anterior, implícita ou explicitamente associada a forças políticas derrotadas nas urnas, sem que seja necessário nomeá-las continuamente (Gracino Junior, 2021; Van Dijk, 2008).

Ao advertir que problemas crônicos não serão resolvidos em poucos meses e que o presidente será intensamente vigiado, Malafaia reforça a ideia de que há estruturas e atores interessados em impedir as mudanças prometidas. Esses atores são posicionados como obstáculos morais e espirituais, mais do que adversários programáticos, o que favorece sua identificação com categorias genéricas como “sistema”, “velha política” ou “corruptos de sempre”, frequentemente demonizados no discurso bolsonarista (Pereira, 2023; Burity, 2024).

A crítica à imprensa, quando o pastor menciona “calúnias” e afirma que o monopólio da informação acabou porque “cada celular é uma emissora”, contribui para a construção de jornalistas e veículos tradicionais como inimigos da verdade. A mídia hegemônica aparece como instância manipuladora, enquanto redes sociais e canais religiosos são apresentados como espaços autênticos de esclarecimento, reforçando a divisão entre uma elite midiática mentirosa e um povo que finalmente teria voz (Cabral; Almeida; Haag, 2024; Van Dijk, 2008).

Nesse enquadramento, não se trata apenas de discordar de reportagens, mas de atribuir à imprensa um papel ativo na perseguição ao presidente eleito e à sua base. A acusação de calúnia sugere intenção maldosa, e não simples erro jornalístico, o que desloca o debate da esfera técnica para a moral, transformando veículos de comunicação em agentes de uma injustiça que precisa ser reparada. Essa moralização facilita que críticas legítimas sejam descartadas como ataques de inimigos espirituais ou ideológicos (Wodak, 2004; Burity, 2024).

A oposição entre “povo de Deus” e “inimigos da nação” também se adivinha quando Bolsonaro contrasta sua motivação de não aceitar que o povo viva de “migalhas” com a suposta indiferença de governantes anteriores. A metáfora das migalhas deixa implícita a imagem de elites que, por egoísmo ou maldade, teriam condenado a população à pobreza e à humilhação, criando um clima de ressentimento que alimenta a adesão ao novo projeto (Gracino Junior, 2021; Pereira, 2023).

A moralização da política se intensifica quando problemas complexos são explicados em termos de caráter e fé, e não de estruturas econômicas, disputas institucionais ou escolhas políticas concretas. A corrupção é apresentada como expressão de uma degradação moral generalizada, que só poderia ser vencida com a ascensão de pessoas “honestas” e “tementes a Deus” ao poder, em aliança com a igreja, deslocando o debate de políticas públicas para o terreno das virtudes pessoais (Pierucci; Prandi, 1995; Machado, 2014).



4.4 Guerra espiritual e guerra cultural

A guerra espiritual aparece de forma mais explícita na parte final do vídeo, quando Malafaia profetiza sabedoria sobre Bolsonaro e cita 1 Coríntios 1:27, segundo o qual Deus escolhe “as coisas loucas, vis e desprezíveis” para confundir as sábias e fortes. Ao aplicar esse texto ao presidente eleito, o pastor enquadra a política como extensão de um plano divino que subverte lógicas humanas, convertendo a trajetória de um candidato considerado improvável em sinal da ação soberana de Deus (Novais, 2021; Wagner, 2007).

Quando a congregação ora coletivamente pedindo direção divina na escolha da equipe de governo e declarando que “o Brasil é do Senhor Jesus”, a disputa política é deslocada para o campo de uma batalha pelas almas da nação. O país é personificado como território espiritual que precisa ser reivindicado para Cristo, o que transforma eleições, nomeações e decisões administrativas em episódios de uma guerra invisível entre o reino de Deus e forças malignas (Pereira, 2023; Burity, 2024).

Essa moldura de guerra espiritual se articula com elementos de guerra cultural, especialmente quando Malafaia menciona a viagem de Bolsonaro a Israel e a possibilidade de transformar o semiárido nordestino em área produtiva inspirada em modelos israelenses. O contraste entre eficiência tecnológica associada a um aliado bíblico e atraso atribuído a gestões anteriores reforça a ideia de que certas opções políticas e alianças internacionais são mais “abençoadas” que outras, mobilizando referências religiosas para legitimar projetos geopolíticos e econômicos (Freston, 2006; Mariano, 2008).

Ao falar de “mudar a história do Nordeste” por meio de tecnologia e vontade política, o pastor sugere que regiões historicamente marcadas por pobreza e clientelismo poderiam ser redimidas por um governo alinhado com princípios cristãos e com parceiros considerados fiéis. Nesse quadro, resistências a essas propostas podem ser interpretadas não apenas como divergências técnicas, mas como oposição a um plano de Deus para a prosperidade nacional, reforçando a dimensão bélica do discurso (Gracino Junior, 2021; Pereira, 2023).

A guerra cultural se manifesta ainda na crítica à mídia tradicional e na exaltação das redes sociais como espaço de verdade, alimentando a percepção de que há uma batalha de narrativas em curso. O “monopólio da informação” seria expressão de uma hegemonia cultural hostil a valores cristãos e conservadores, e o uso intensivo de celulares e canais religiosos apareceria como estratégia de resistência e contra-ataque, convertendo fiéis em soldados da comunicação (Cabral; Almeida; Haag, 2024; Van Dijk, 2008).

Essa dupla guerra, espiritual e cultural, oferece um enquadramento em que conflitos políticos são continuamente resignificados como lutas entre Deus e o diabo, verdade e mentira, luz e trevas. Decisões de governo, votações no Congresso e julgamentos em tribunais passam a ser lidos à luz dessa batalha cósmica, o que tende a radicalizar discursos e a reduzir a disposição para negociações e compromissos, elementos essenciais da vida democrática (Wodak, 2004; Burity, 2024).

No vídeo, a transição da fala política para a oração e a profecia não marca uma ruptura, mas continuidade lógica: o mesmo líder que argumenta sobre economia e infraestrutura assume, na sequência, a posição de intercessor que lê os acontecimentos à luz da Bíblia. Essa continuidade reforça a mensagem de que não há separação entre dimensões espiritual e material, e de que as escolhas políticas corretas são aquelas que se alinham com o que é discernido em oração e profecia (Novais, 2021).



4.5 Sacralização da autoridade política

A sacralização da autoridade política é um dos efeitos mais evidentes da cena em que Malafaia, acompanhado de outros pastores, ora por Bolsonaro diante da congregação. A postura corporal, a imposição de mãos e o vocabulário utilizado produzem um gesto de unção, mesmo quando essa palavra não é explicitamente pronunciada, comunicando que o presidente eleito recebe ali uma espécie de chancela espiritual adicional ao mandato conferido pelas urnas (Freston, 2006; Machado, 2014).

Ao pedir que Deus lhe conceda sabedoria, coragem e proteção, os líderes religiosos reconhecem, em tese, a necessidade de virtudes comuns a qualquer governante. Entretanto, ao fazer isso em ambiente de culto e relacionar a trajetória de Bolsonaro a textos bíblicos que falam de escolha de instrumentos improváveis, eles sugerem que esse governante, em particular, ocupa lugar singular no plano divino, acima de outros atores políticos. A autoridade política é, assim, elevada a patamar sacralizado, distante de uma concepção estritamente republicana de cargo público (Novais, 2021; Pereira, 2023).

A declaração de que “o Brasil é do Senhor Jesus”, pronunciada em coro pela congregação, reforça esse movimento ao implicar que a nação tem um “proprietário” espiritual. Nesse contexto, o governante é apresentado como gestor ou mordomo dessa propriedade divina, o que tende a legitimar decisões em nome de uma suposta vontade de Cristo para o país. A crítica a tais decisões pode ser interpretada como rebeldia contra o próprio senhor da nação, e não apenas discordância em relação a um presidente eleito (Burity, 2024; Oro, 1997).

Essa sacralização desloca o eixo de avaliação do governo: critérios como respeito a direitos, observância de regras institucionais e eficácia administrativa correm o risco de ser relativizados caso o governante seja percebido como “ungido”. Escândalos e falhas podem ser reinterpretados como perseguição, provação ou inevitável custo de uma luta espiritual intensa, enquanto opositores são vistos como agentes de resistência ao projeto de Deus (Gracino Junior, 2021; Van Dijk, 2008).

Do ponto de vista da teologia política, a fusão entre legitimidade democrática e unção espiritual fragiliza a laicidade e o princípio da alternância de poder, pois sugere que apenas determinados grupos religiosos têm acesso privilegiado à vontade divina sobre o Estado. Essa perspectiva é afinada com a Teologia do Domínio, que defende a necessidade de submeter a ordem política a princípios bíblicos definidos por uma leitura específica, frequentemente conservadora, das Escrituras (Wagner, 2007; Novais, 2021).

Ao mesmo tempo, a sacralização da autoridade política responde a demandas simbólicas de grupos que se sentem historicamente marginalizados na esfera pública. Ver um presidente orando em seus templos, sendo abençoado por seus pastores e assumindo sua linguagem reforça a sensação de reconhecimento e protagonismo, elemento importante para entender a adesão evangélica ao bolsonarismo (Burity, 2024; Freston, 2006). Essa experiência de elevação coletiva, porém, é mediada pela liderança, que concentra poder de interpretação e intercessão.

4.6 Culto como espetáculo midiático

Desde a entrada de Bolsonaro até a oração final, cada movimento é enquadrado por câmeras que valorizam reações da plateia, gestos de Malafaia e expressões emocionadas do presidente eleito, produzindo imagens de forte apelo simbólico, facilmente destacáveis em recortes posteriores para circulação em redes sociais (Mariano, 2008; Cabral; Almeida; Haag, 2024).

A própria fala de Malafaia sobre o “fim do monopólio da informação” revela consciência do papel central das mídias digitais. Ao afirmar que cada celular é uma “emissora”, ele celebra a possibilidade de bypassar a imprensa tradicional e comunicar-se diretamente com os fiéis, transformando-os em replicadores do conteúdo produzido no culto. O evento é concebido, portanto, não apenas para os presentes, mas para uma audiência potencialmente ilimitada, conectada por plataformas on-line (Freston, 2006; Burity, 2024).

Nesse contexto, o culto adquire características de programa de auditório religioso-político, em que momentos de emoção, humor e testemunho são cuidadosamente alternados para manter a atenção. A presença de uma figura nacionalmente conhecida, como o presidente eleito, funciona como “atração especial”, capaz de aumentar a audiência e de reforçar o prestígio do ministério responsável pela transmissão, em um mercado competitivo de mídias religiosas (Mariano, 2008; Machado, 2014).

Do ponto de vista da ADC, essa midiaticização implica que o texto não pode ser analisado apenas como transcrição de falas, mas como conjunto de recursos multimodais que incluem enquadramentos, planos, movimentos de câmera e cortes. Mesmo sem acesso a todos os detalhes técnicos, é possível inferir que determinadas escolhas visuais – como o foco em mãos erguidas, lágrimas, gestos de oração – reforçam interpretações específicas sobre a presença de Deus e o apoio popular ao presidente (Fairclough, 2001).

A midiaticização também contribui para a construção de uma comunidade imaginada, formada por fiéis que, mesmo não compartilhando o mesmo espaço físico, se percebem como parte de um mesmo “povo de Deus” que assiste, ora e se emociona com as mesmas imagens. Essa experiência reforça laços de pertencimento e fortalece o poder de mobilização de lideranças que dominam as ferramentas de produção e distribuição desse conteúdo (Mariano, 2008; Burity, 2024).

5 DISCUSSÃO

5.1 Implicações teopolíticas

A análise do vídeo evidencia um arranjo teopolítico em que a fronteira entre culto e ato político é sistematicamente deslocada, produzindo uma cena em que a legitimação do governo é performada como gesto litúrgico diante da congregação e das câmeras (Burity, 2024; Freston, 2006). A presença do presidente eleito no púlpito não aparece como visita ocasional, mas como momento de confirmação de um desígnio divino sobre a nação, o que inscreve a política em uma gramática teológica de eleição e missão.

Esse enquadramento reforça a ideia de que determinadas decisões políticas não podem ser avaliadas apenas por critérios seculares, pois estariam vinculadas a um plano superior que transcende o jogo democrático ordinário (Novais, 2021; Pereira, 2023). Ao apresentar Bolsonaro como instrumento preservado por milagre e como resposta de Deus à crise nacional, o discurso desloca o foco do debate programático para a fidelidade a esse suposto projeto divino.

A teopolítica em jogo, portanto, não se limita à militância de fiéis em campanhas eleitorais, mas expressa um modo específico de organizar o espaço público, no qual a igreja se percebe como instância de tutela espiritual da nação e do Estado (Burity, 2024; Oro, 1997). Nessa perspectiva, a autoridade religiosa reivindica o direito de interpretar o sentido dos acontecimentos políticos e de abençoar ou reprovocar governos a partir de leituras bíblicas particulares.

Tal configuração dialoga com dinâmicas já observadas na participação evangélica na política brasileira, em que líderes religiosos assumem papel destacado na intermediação entre fiéis e instituições estatais, muitas vezes convertendo o capital espiritual acumulado em influência eleitoral e capacidade de agenda (Machado, 2014; Freston, 2006). O vídeo analisado ilustra essa mediação ao mostrar Malafaia como ponte entre Deus, igreja e presidente eleito.

Ao mesmo tempo, a teopolítica observada articula se com elementos da Teologia do Domínio, especialmente na ideia de que a ocupação do Estado por governantes cristãos representa passo decisivo na submissão das estruturas nacionais à vontade de Deus (Wagner, 2007; Pereira, 2023). A linguagem de milagre, chamado e mandato sugere que a vitória eleitoral é sinal de avanço desse projeto de domínio espiritual.

5.2 Papel da liderança religiosa como legitimadora

A figura de Silas Malafaia no vídeo evidencia de maneira exemplar o papel da liderança religiosa como instância de legitimação política, articulando reputação espiritual, capital midiático e acesso direto ao governante (Machado, 2014; Freston, 2006). Ele controla o enquadramento do evento, decide quem fala, em que momento, e oferece à congregação uma interpretação autorizada sobre a trajetória e o significado da eleição de Bolsonaro.

Ao rememorar a conversa de 2013 e confessar que no passado considerou “louca” a pretensão presidencial, Malafaia constrói uma narrativa em que também ele é surpreendido pelo plano de Deus, mas acaba reconhecendo a mão divina na vitória eleitoral (Mariano, 2008; Burity, 2024). Essa autocrítica reforça sua credibilidade, pois o coloca como alguém que revisa julgamentos à luz dos acontecimentos, aproximando o pastor dos fiéis que podem ter compartilhado ceticismo semelhante.

O pastor atua ainda como fiador moral e espiritual do presidente eleito, atestando diante da igreja sua sinceridade, sua disposição de ouvir conselhos e seu compromisso com valores cristãos (Machado, 2014; Cabral; Almeida; Haag, 2024). Ao fazer isso, ele empresta ao governante parte do capital simbólico acumulado junto à comunidade, convertendo confiança religiosa em confiança política.

Além disso, Malafaia funciona como tradutor cultural, reinterpretando decisões e posturas do governante em linguagem teológica acessível à congregação (Oro, 1997; Burity, 2024). Quando associa a eleição a uma lógica de escolha de “coisas loucas e desprezíveis” segundo a primeira carta aos Coríntios, por exemplo, ele oferece um enquadramento bíblico que ressignifica críticas e estranhamentos.

O papel legitimador da liderança religiosa também se manifesta no gesto de intercessão pública, em que o pastor e outros líderes impõem as mãos sobre Bolsonaro e oram por seu governo, diante de câmeras e fiéis (Freston, 2006; Pereira, 2023). Esse gesto sugere que a autoridade política recebe uma espécie de selo espiritual que a torna digna de confiança e obediência, reforçando o vínculo entre fé e apoio político.

Do ponto de vista sociopolítico, essa função legitimadora fortalece a posição das lideranças evangélicas como interlocutoras privilegiadas do Estado, uma vez que governantes interessam-se em manter pontes com mediadores capazes de mobilizar grandes contingentes de eleitores (Machado, 2014; Mariano, 2008). O vídeo registra, nesse sentido, não apenas um ato de culto, mas uma demonstração pública de proximidade estratégica.

5.3 Naturalização do autoritarismo moral

A articulação entre discurso religioso e discurso político no vídeo favorece a naturalização de um autoritarismo moral, entendido como disposição a impor concepções particulares de bem e mal à totalidade da sociedade, com baixa tolerância a desvios (Burity, 2024; Pierucci; Prandi, 1995). Quando problemas estruturais complexos são explicados sobretudo em termos de crise moral e afastamento de Deus, soluções políticas passam a ser avaliadas pela capacidade de restaurar uma ordem considerada moralmente correta.

Nesse enquadramento, a defesa de “valores da família cristã” não aparece como um projeto entre outros em disputa democrática, mas como exigência inegociável para que a nação permaneça sob proteção divina (Mariano, 2008; Cabral; Almeida; Haag, 2024). Políticas que ampliem direitos de minorias sexuais, por exemplo, tendem a ser percebidas não como tema de pluralismo, mas como ameaça à própria identidade do país.

O autoritarismo moral se expressa também na forma como adversários são caracterizados, ainda que de modo implícito, como corruptos, enganadores ou aliados de forças espirituais malignas (Gracino Junior, 2021; Van Dijk, 2008). Nesse quadro, críticas ao governo são facilmente enquadradas como oposição à verdade, à família ou a Deus, reduzindo a legitimidade de visões divergentes.

Ao transformar a eleição em cumprimento de um plano divino, o discurso diminui a legitimidade de alternâncias futuras que não contem com o mesmo enquadramento religioso (Novais, 2021; Pereira, 2023). Governos subsequentes que não se apresentem como cristãos conservadores podem ser vistos como retrocessos espirituais, o que incentiva resistência quase automática, independentemente de suas propostas concretas.

Além disso, a sacralização de certas agendas favorece a adoção de estratégias políticas agressivas contra instituições percebidas como obstáculos à “restauração moral”, como universidades, imprensa e cortes superiores (Burity, 2024; Cabral; Almeida; Haag, 2024). A crítica a essas instâncias deixa de ser apenas institucional e passa a assumir tons de combate a inimigos da fé e da nação.

5.4 Relação entre guerra espiritual e guerra cultural

A análise do vídeo revela uma articulação estreita entre guerra espiritual e guerra cultural, constituindo um enquadramento que desloca conflitos políticos para o plano de uma batalha simultaneamente metafísica e simbólica (Pereira, 2023;



Novais, 2021). A oração pela nação e pelo governo, vinculada à ideia de que o Brasil pertence a Jesus, insere decisões de Estado em narrativa de combate entre reinos espirituais.

Essa guerra espiritual encontra expressão concreta em disputas culturais sobre educação, mídia, artes e costumes, frequentemente identificadas como frentes em que forças malignas buscariam corromper valores cristãos (Mariano, 2008; Cabral; Almeida; Haag, 2024). Mudanças curriculares, políticas de gênero ou produções culturais progressistas são traduzidas em sinais de avanço do inimigo.

Ao mesmo tempo, a guerra cultural fornece conteúdos específicos para a guerra espiritual, oferecendo alvos tangíveis para a indignação religiosa, como programas de televisão, livros didáticos ou decisões judiciais (Wodak, 2004; Van Dijk, 2008). A sobreposição de planos torna a resistência política a essas iniciativas quase indissociável da fidelidade espiritual.

No vídeo, a menção à viagem a Israel e à possibilidade de transformar o semiárido nordestino inspira-se em referências bíblicas e geopolíticas que articulam tecnologia, prosperidade e bênção divina (Freston, 2006; Burity, 2024). Essa associação reforça a ideia de que determinados alinhamentos internacionais são espiritualmente preferíveis, convertendo opções diplomáticas em escolhas de campo na guerra cultural.

A crítica à mídia tradicional e a exaltação das redes sociais como veículos de “verdade” também se inscrevem nessa articulação entre guerras, pois sugerem que há uma batalha por narrativas em que veículos seculares seriam instrumentos de engano, ao passo que mídias religiosas e canais aliados se apresentariam como portadores da perspectiva divina (Cabral; Almeida; Haag, 2024; Van Dijk, 2008).

Tal arranjo incentiva a formação de ecossistemas informacionais fechados, em que conteúdos dissonantes são descartados como parte da estratégia do inimigo, o que dificulta o acesso a informações plurais e a construção de julgamentos mais complexos sobre a realidade política (Wodak, 2004; Burity, 2024). A guerra cultural, assim concebida, alimenta polarização extrema.

A relação entre guerra espiritual e guerra cultural tem ainda efeito mobilizador, pois fornece linguagem poderosa para convocar fiéis à participação política, não apenas como cidadãos, mas como soldados de uma causa transcendente (Pereira, 2023; Gracino Junior, 2021). Votar, defender posições nas redes ou participar de manifestações torna-se expressão de combate espiritual.

Dessa forma, compreender essa articulação é fundamental para avaliar a profundidade das lealdades construídas em torno do bolsonarismo em setores evangélicos, bem como os desafios de qualquer proposta de diálogo político que não leve em conta a dimensão teológica que estrutura percepções de conflito e missão entre muitos desses atores (Burity, 2024; Novais, 2021).

5.5 Tensionamentos para a democracia

As dinâmicas observadas no vídeo produzem tensionamentos relevantes para a democracia brasileira, sobretudo porque reconfiguram a competição política em termos de disputa entre projeto divino e forças inimigas, reduzindo a legitimidade de posições alternativas (Burity, 2024; Pereira, 2023). Quando a vitória de um candidato é interpretada como vontade direta de Deus, derrotas futuras e críticas institucionais tendem a ser vistas como afrontas espirituais.



Esse enquadramento fragiliza a aceitação de regras do jogo democrático, que pressupõem alternância de poder, possibilidade de oposição organizada e reconhecimento recíproco entre adversários (Pierucci; Prandi, 1995; Wodak, 2004). Se opositores são lidos como inimigos morais ou agentes do mal, a disposição para conviver com governos que representam outras coalizões diminui significativamente.

A centralidade de lideranças religiosas na mediação entre fiéis e política também levanta questões sobre a qualidade da representação, uma vez que decisões de voto podem ser fortemente orientadas por orientações pastorais pouco transparentes em termos de negociação com o Estado (Machado, 2014; Freston, 2006). A concentração de poder interpretativo em figuras carismáticas pode limitar a autonomia cidadã.

Além disso, a sacralização da autoridade política tende a reduzir a eficácia de mecanismos de accountability, como imprensa livre, tribunais e órgãos de controle, que podem ser retratados como opositores injustos quando apontam irregularidades ou abusos (Cabral; Almeida; Haag, 2024; Van Dijk, 2008). A confiança acrítica em líderes ungidos dificulta a fiscalização pública.

Os tensionamentos se estendem também ao campo dos direitos, especialmente de minorias que divergem do padrão moral promovido pelo bloco teopolítico dominante (Burity, 2024; Oro, 1997). Políticas de reconhecimento de diversidade religiosa, étnica, sexual ou de gênero podem ser combatidas como ameaças, contribuindo para ambientes de hostilidade e violência simbólica.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise crítico-discursiva do vídeo evidenciou que o encontro entre Silas Malafaia e Jair Bolsonaro configura um evento teopolítico no qual o púlpito é convertido em palanque e o culto, em ato de consagração pública do presidente eleito. Observou-se a construção de um ethos messiânico para Bolsonaro, apresentado como sobrevivente de um milagre e como instrumento de Deus para a nação. Também se identificou a produção de inimigos morais difusos, associados a um sistema corrupto, à mídia tradicional e a forças contrárias à família cristã. Esses elementos foram articulados a uma gramática de guerra espiritual e cultural, intensificada pela lógica do neopentecostalismo midiático e pela sacralização da autoridade política diante de audiências presenciais e digitais.

Em termos teóricos, o artigo mostrou a produtividade de articular a Análise de Discurso Crítica, em sua formulação voltada à pesquisa social, com conceitos de teopolítica, Teologia do Domínio, neopentecostalismo midiático e bolsonarismo como fenômeno discursivo. Essa combinação permitiu compreender como recursos linguísticos, enquadramentos religiosos e estratégias afetivas se conectam a práticas institucionais e a contextos sociopolíticos mais amplos. A abordagem evidencia que a relação entre religião e política não pode ser apreendida apenas por indicadores de votação ou representação parlamentar, pois exige atenção aos modos pelos quais narrativas teológicas legitimam projetos de governo e reorganizam disputas por autoridade no espaço público.

Os achados sugerem que práticas discursivas como as observadas no vídeo produzem efeitos sociais relevantes, sobretudo por reforçarem a leitura do Brasil como nação cristã sitiada por inimigos internos e externos. Essa percepção fortalece a associação entre fé evangélica e apoio a um projeto político específico, ao mesmo tempo em que dificulta a visibilidade de posições divergentes no interior das próprias igrejas. Ao moralizar a política e apresentar determinadas agendas como condição

para a manutenção da bênção divina sobre o país, o discurso tende a reduzir a tolerância a diferenças religiosas, de gênero e de sexualidade. Soma-se a isso a desqualificação recorrente de instituições como imprensa, universidades e órgãos de controle, movimento que contribui para o enfraquecimento da confiança em mecanismos centrais da vida democrática.

O estudo apresenta limitações que precisam ser reconhecidas para evitar generalizações indevidas. A escolha de um único vídeo como estudo de caso exemplar permite análise detalhada, mas não autoriza conclusões abrangentes sobre a totalidade do campo evangélico nem sobre todas as manifestações do bolsonarismo religioso. Não foram investigadas, por exemplo, percepções de fiéis que rejeitam esse alinhamento, nem experiências de comunidades que constroem outras formas de participação política. Também não se acompanhou de maneira sistemática a circulação posterior do material em redes sociais, o que exigiria procedimentos específicos de análise de recepção e rastreamento digital. Nesse sentido, pesquisas futuras podem comparar a performance discursiva de diferentes lideranças evangélicas, explorar a recepção dessas narrativas entre distintos públicos e examinar como mudanças políticas e institucionais reconfiguram as relações entre religião, mídia e poder no Brasil.

REFERÊNCIAS

BURITY, Joanildo A. Minoritização, religião pública e populismo religioso no Brasil. **Rever – Revista de Estudos da Religião**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 11-27, 2024. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/10182275.pdf>. Acesso em: 9 fev. 2026.

CABRAL, Sara Regina Scotta; ALMEIDA, Lorenzo de; HAAG, Matheus Becker Marques. Estratégias do discurso político-religioso brasileiro no governo Bolsonaro. **Revista Entrepalavras**, Fortaleza, v. 14, n. 3, e2824, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufc.br/entrepalavras/article/view/95276/28224>. Acesso em: 9 fev. 2026.

FAIRCLOUGH, Norman. **Analysing discourse: textual analysis for social research**. London: Routledge, 2003. Disponível em: <https://howardaudio.wordpress.com/wp-content/uploads/2018/01/n-fairclough-analysing-discourse.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2026.

FAIRCLOUGH, Norman. Critical discourse analysis. In: GEE, James Paul; HANDFORD, Michael (eds.). **The Routledge handbook of discourse analysis**. Abingdon: Routledge, 2012. p. 9-20. Disponível em: <https://circulosemiotico.files.wordpress.com/2020/05/routledge-handbook-of-discourse-analysis.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2026.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. Disponível em: <https://sabinemendesmoura.files.wordpress.com/2017/08/discurso-e-mudanca-social-norman-fairclough.pdf>. Acesso em: 9 fev. 2026.



FAIRCLOUGH, Norman. **Language and power**. 3. ed. London: Routledge, 2015. Disponível em: <https://www.routledge.com/Language-and-Power/Fairclough/p/book/9781138790971>. Acesso em: 25 mar. 2026.

FRESTON, Paul. **Religião e política, sim; igreja e Estado, não: os evangélicos e a participação política**. Viçosa, MG: Editora Ultimato, 2006. Disponível em: https://www.clcportugal.com/_CLCPortugal/Religiao-Politica-cap1.pdf. Acesso em: 9 fev. 2026.

GRACINO JUNIOR, Paulo. “Os humilhados serão exaltados”: ressentimento e adesão evangélica ao bolsonarismo. **Cadernos MetrÓpole**, São Paulo, v. 23, n. 51, p. 547-579, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cm/a/Hd79BxYGpNBzq7Bk9YpjMbM/?format=pdf>. Acesso em: 9 fev. 2026.

MACHADO, Maria das Dores Campos. A ascensão política dos pentecostais no Brasil na avaliação de líderes religiosos. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 3, p. 605-641, 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/218/21832526002.pdf>. Acesso em: 9 fev. 2026.

MALAFAIA, Silas (canal). **Título do vídeo (se houver)**. YouTube, data (se disponível). Disponível em: <https://youtu.be/y2nZ1HDT450?si=GTLXyazCPe48lf1K>. Acesso em: 9 fev. 2026.

MARIANO, Ricardo. Crescimento pentecostal no Brasil: fatores internos. **Rever – Revista de Estudos da Religião**, São Paulo, n. 4, p. 68-95, 2008. Disponível em: https://www.pucsp.br/rever/rv4_2008/t_mariano.pdf. Acesso em: 9 fev. 2026.

NOVAIS, Tomás de Melo. Teologias do domínio: reconstrução e reconfiguração. **Protestantismo em Revista**, São Leopoldo, v. 47, n. 2, p. 29-40, 2021. Disponível em: <http://revistas.est.edu.br/index.php/PR/article/download/2520/2081>. Acesso em: 9 fev. 2026.

ORO, Ari Pedro. Neopentecostais e afro-brasileiros: quem vencerá esta guerra? **Debates do NER**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 10-37, 1997. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/bdcc/9ebca83f8146bd029d0fa2e9b59688ddce85.pdf>. Acesso em: 9 fev. 2026.

PEREIRA, Eliseu. Teologia do domínio: uma chave de interpretação da relação política evangélico-bolsonarista. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, [S. l.], v. 76, p. 147-173, 2023. DOI: 10.23925/2176-2767.2023v76p147-173. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/60331>. Acesso em: 9 fev. 2026.

PIERUCCI, Antônio Flávio; PRANDI, Reginaldo. Religiões e voto: a eleição presidencial de 1994. **Opinião Pública**, Campinas, v. 3, n. 1, p. 32-63, 1995. Disponível em: https://www.cesop.unicamp.br/vw/1IE%2ABMDM_MDA_01319_/v3n1a02.pdf. Acesso em: 9 fev. 2026.



VAN DIJK, Teun A. Discurso e manipulação. In: VAN DIJK, Teun A. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2008. Disponível em: <https://ppgletras.ufv.br/wp-content/uploads/Artigo-Teun-van-Dijk-Discurso-e-Manipulacao-2008.pdf>. Acesso em: 9 fev. 2026.

WAGNER, C. Peter. Dominion! Kingdom action can change the world. **Journal of the American Society for Church Growth**, Pasadena, v. 18, n. 1, p. 37-48, 2007. Disponível em: <https://place.asburyseminary.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1235&context=journalats>. Acesso em: 9 fev. 2026.

WODAK, Ruth. Do que trata a ACD: um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 4, n. esp., p. 223-243, 2004. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/ld/article/download/297/313>. Acesso em: 9 fev. 2026.

Recebido: 09/02/2026

Aceito: 10/03/2026

Publicado: 05/05/2026

COMO CITAR:

BEZERRA, José Ronaldo da Silva Bezerra. Teopolítica e discurso de dominação: uma análise crítico-discursiva do vídeo de Silas Malafaia com Jair Bolsonaro e dos mecanismos da Teologia do Domínio na legitimação do bolsonarismo.

Colineares, Mossoró, Brasil, v. 11, n. 2, p. 1–22, 2026. DOI: 10.59776/2357-8203.2026.7770. Disponível em:

<https://periodicos.apps.uern.br/index.php/RCOL/article/view/7770>.